

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CT DA MEO

14 de dezembro de 2023

PRESENCAS

Ana Patricia Silva, António Santos, Fernando Patrício, Francisco Gonçalves, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto, Maria José Cardoso, Rui Pedro Moreira, Sérgio Pato e Vítor Correia.

ORDEM DE TRABALHOS:

- Votação da ata da 11ª reunião;
- Apresentação das ações dos membros da CT;
- Informação sobre constituição da CT como assistente no processo da Operação Picoas;
- Discussão e Deliberações sobre Acordo Coletivo de Trabalho.

No dia 14 de dezembro de 2023, pelas 09h30, iniciou-se a décima segunda reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO, em formato online (via Teams), com a participação dos 11 membros do coletivo da CT.

Jorge Pinto deu início à reunião passando-se de imediato à apresentação da proposta de Ordem de Trabalhos.

Dado que entre a comunicação da Ordem de Trabalhos e a reunião, a empresa informou da **Formação em Direito do Trabalho**, foi sugerido pelo coordenador que se introduzisse um novo ponto na Ordem de Trabalhos sobre o assunto, tendo o mesmo ficado como ponto prévio por sugestão do António Santos.

Jorge Pinto recordou que desde a primeira reunião deste Secretariado com a empresa, ainda com a anterior diretora dos Recursos Humanos, foi pedida formação para os 11 elementos da CT em Direito do Trabalho, sendo que o assunto já tem sido abordado em reuniões anteriores. Ana Patrícia questionou se iria ser entregue um certificado aos participantes.

Sérgio Pato referiu dificuldades em estar presente devido aos turnos. Questionou se a DPE iria falar com as chefias ou se devia ser cada um de nós a informar. Jorge Pinto indicou que podíamos informar as chefias.

António Santos informou que não participaria caso não houvesse a salvaguarda escrita de que esta formação não colidiria com a formação individual de cada trabalhador. Jorge Pinto referiu que esta formação não substituíria a formação individual no âmbito das funções desempenhadas por cada um dos elementos e que se ia pedir essa confirmação por escrito.

Sérgio Pato demonstrou apoio à visão do António Santos indicando que concorda com a formação no âmbito da CT, mas esta não poderá substituir a formação no âmbito do departamento.

Após ser reforçado pelo Jorge Pinto que a formação foi pedida para os 11 membros do coletivo e que não houve qualquer comentário aos conteúdos ou ao cronograma proposto, iria o Secretariado confirmar a formação junto da empresa.

De seguida entrou-se no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, colocando-se a **Votação da ata da 11ª reunião**. O Sérgio Pato indicou que ainda iria enviar o anexo com a informação sobre o Colóquio da APODIT e Jorge Pinto informou que tinha verificado que existia um erro ortográfico no último parágrafo. Colocada a votação a ata com a correção do erro ortográfico e inclusão do anexo, a mesma foi aprovada com 4 votos a favor.

Prosseguindo para a discussão sobre a **Apresentação das ações dos membros da CT**, o coordenador Jorge Pinto deu a palavra aos membros do coletivo, reforçando que a CT não é o Secretariado nem o mesmo pretende anular a intervenção de qualquer um dos eleitos.

Jorge Pinto informou da reunião com o Bloco de Esquerda ocorrida a 20 de novembro, no seguimento de uma apresentação efetuada no início do mandato da CT aos grupos parlamentares, tendo a mesma sido antecedida por reuniões com o PS, PDS e Livre. Referiu ainda que foram estabelecidos vários contactos com a DPE que foram encaminhados para todos os membros do coletivo e por fim, falou da sua participação na reunião da Comissão de Acompanhamento dos Planos de Saúde, que na sua opinião erradamente se concentrou apenas em informações sobre o Plano Clássico, tendo feito pedidos para complementar essa informação com os Planos Corporativos, reservando explicações mais pormenorizadas para quando recebesse o suporte/apresentação da empresa.

Sérgio Pato sugeriu que fosse reenviada a informação para os partidos que ainda não responderam ou com quem a CT ainda não reuniu.

Francisco Gonçalves disse que queria saber que conteúdo foi enviado para os grupos parlamentares, acrescentando que não vai admitir que a CT seja instrumentalizada por partidos políticos. De seguida falou dos Planos de Saúde dizendo que no Corporativo II a empresa comparticipa, sendo o Corporativo I um mero seguro de saúde. Concluiu sugerindo que fosse pedida a avaliação de todos os planos de saúde.

Jorge Pinto reforçou que a não instrumentalização partidária da CT será algo que enquanto Coordenador da CT não permitirá que ocorra neste mandato.

António Santos pediu a palavra para falar sobre a reunião das CAPP (Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões), que acabaram por não ter tido continuidade após se ter verificado que não havia condições para tal, conforme consta das atas que foram distribuídas ao coletivo. Ana Patrícia anunciou a sua disponibilidade para participar no grupo de trabalho das CAPP. Francisco Gonçalves informou que respondeu à convocatória comunicando a impossibilidade de participar na CAPP, não tendo recebido qualquer resposta a essa comunicação. Abordou a possibilidade de poder fazer-se uma reclamação junto da ASF.

Não sendo referida qualquer outra ação por parte dos restantes membros do coletivo, prosseguiu-se para o ponto de **Informação sobre constituição da CT como assistente no processo da Operação Picoas**. António Santos referiu a inexistência de custos para a CT, com a exceção da UC (taxa de justiça), ainda que se possamos submeter requerimento de proteção jurídica à Segurança Social. Jorge Pinto concluiu assim que se daria seguimento de imediato ao deliberado na reunião de outubro, recordando a deliberação de nos constituirmos assistentes do processo com 7 votos a favor, nenhuma abstenção nem voto contra.

Entrados no último ponto da ordem de trabalhos referente à **Discussão e Deliberações sobre Acordo Coletivo de Trabalho**, Jorge Pinto continuou a lamentar que os sindicatos continuem a demonstrar que não contam com a CT para nada, sendo do conhecimento a existência de uma reunião entre todos os sindicatos em que a CT não foi convocada.

António Santos corroborou da ideia de que não podemos ser só chamados para fazer chegar informação a todos os trabalhadores da MEO.

Fernando Patricio referiu que, sendo um elemento da CT que tem estado presente nas negociações pelo SINTTAV, as reuniões não têm sido propriamente reuniões de negociação, pois a empresa intransigentemente comunica a sua proposta, o racional da mesma e pouco mais. Os outros elementos do coletivo da CT presentes nas negociações, nomeadamente Vítor Correia pelo SINTTAV e Francisco Gonçalves e Maria José Cardoso pelo STT, não partilharam qualquer informação com a CT.

Sem mais informações a reunião terminou às 12h30 com a leitura do esboço da minuta da ata.

Anexos:

- Minuta da Ata

MINUTA DA ATA

12ª REUNIÃO DA CT DA MEO

Dia 14 de dezembro de 2023, com início às 9h30, em formato online via Teams, iniciou-se a a décima segunda reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO com a presença de todos (11) os membros eleitos.

A reunião tinha a proposta de Ordem de Trabalhos:

- Votação da ata da 11ª reunião;
- Apresentação das ações dos membros da CT;
- Informação sobre constituição da CT como assistente no processo da Operação Picoas;
- Discussão e Deliberações sobre o Acordo Coletivo de Trabalho.

Foi adicionado um ponto prévio relativo à Formação dos 11 membros da CT em “Direito do Trabalho”.

A ata da 11ª reunião foi aprovada com 4 votos a favor. 3 membros do coletivo não votaram e 4 não poderiam votar por não terem estado presentes na reunião.

Não houve qualquer deliberação no ponto sobre o Acordo Coletivo de Trabalho.

A reunião terminou às 12h30 com a leitura de um esboço desta minuta da ata.